

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Pregão Eletrônico nº 18/2018

A empresa JHE COMUNICAÇÃO INTEGRADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.173.825/0001-12, com sede na Quadra 101, Rua das Figueiras, Lote 07, Sala 502 – Águas Claras, Brasília – DF, 71906-750, por intermédio de seu representante legal, declara ser uma empresa idônea, sem qualquer registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no Portal da Transparência do Governo Federal, nem registro no Cadastro de empresas punidas da CGDF e/ou Cadastro do CNPJ, tempestivamente, vem, baseando-se na Lei Federal nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, na melhor forma de Direito, em observância aos princípios da Isonomia, da Razoabilidade, da Moralidade e da Supremacia do Interesse Público, e com nas disposições do Edital acima identificado, interpor, tempestivamente, o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que desclassificou a empresa JHE COMUNICAÇÃO cancelando o item 5, devendo o recurso ser remetido para apreciação e julgamento.

1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Inicialmente, consta na ata de realização do pregão eletrônico nº 18/2018 do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, que a recorrente teve sua proposta recusada com a seguinte motivação, in verbis:

“Recusa da proposta. Fornecedor: JHE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 14.173.825/0001-12, pelo melhor lance de R\$ 69.130,0000. Motivo: No que tange ao item 8.8.5 do Edital, da leitura do contrato social não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados”.

É importante salientar que é comum em processos licitatórios, promover diligências para solicitação de informações complementares à documentação e que comumente são solicitadas e devidamente registradas através do portal de compras, porém neste caso, quando o registro foi realizado no portal de compras, o prazo já havia se esgotado e a JHE COMUNICAÇÃO já estava desclassificada..

Sendo assim foi convocada a segunda e terceira colocada para apresentação dos documentos de habilitação e após análise da documentação no dia 14/12/2018 as 15:47 foi inserida a seguinte mensagem no sistema compras net “Item cancelado na aceitação. Motivo: Nenhuma proposta foi aceita” e foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos.

Ocorre que a Recorrente registro sua intenção de recorrer, pois não concorda com o cancelamento do item, entendendo que deve ser anulado o cancelamento, em razão dos fundamentos a seguir expostos.

2. DOS FUNDAMENTOS

A empresa JHE COMUNICAÇÃO foi desclassificada sob a justificativa do não atendimento ao item 8.8.5, conforme registrado em ata, vejamos o que determina o item 8.8.5, que trata dos critérios de habilitação da licitante:

“Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente”.

Geralmente as atividades principais e secundárias da empresa são classificadas detalhadamente no CARTÃO CNPJ e descritas de forma breve no CONTRATO SOCIAL, portanto caso haja dúvidas, é possível identificar estas informações claramente na consulta ao portal da RECEITA FEDERAL ou no cartão CNPJ que foi anexado junto a documentação.

Analisando melhor este documento, pode-se observar que temos descritas em nossas atividades as seguintes informações:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

73.11-4-00 - Agências de publicidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

62.01-5-02 - Web design

63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação

73.19-0-02 - Promoção de vendas

73.19-0-03 - Marketing direto

73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

Estas informações comprovam claramente que exercemos as atividades compatíveis com os atestados de capacidade técnica apresentados.

Parece evidente que o sujeito que executou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Contudo, também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de serviços similares, ainda que não idênticos.

Dessa forma, não há cabimento tal justificativa, fato ainda que a licitante tenha executado no passado ou esteja executando serviços exatamente idêntico ao objeto da licitação.

Porém, analisemos os serviços que constam nos atestados apresentados:

CLUBE ASES:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;

Comunicação Integrada;

Comunicação Visual;

Alinhamento e posicionamento da marca;

Elaboração de campanhas;

Ações promocionais;

Apoio de peças para eventos;

Assessoria em eventos de terceiros.

Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;

Desenvolvimento e manutenção de sites, portais e aplicativos;

Gestão de campanhas de E-mail Marketing;

Assessoria de Imprensa;

Produção de conteúdo promocional e institucional;

Entrevistas coletivas;

Gerenciamento de crises;

Eventos e sociabilidade;

SUPREMO:

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;

Comunicação Integrada;

Comunicação Visual;

Alinhamento e posicionamento da marca;

Elaboração de campanhas;

Ações promocionais;
Apoio de peças para eventos;
Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;
Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;

FACULDADE ESTÁCIO

Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional;
Entrevistas coletivas;
Gerenciamento de crises;
Eventos e sociabilidade;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual;
Alinhamento e posicionamento da marca;
Elaboração de campanhas;
Ações promocionais;
Assessoria em eventos de terceiros.
Pesquisa de avaliação de percepção de imagem;
Planejamento anual de comunicação institucional;
Planejamento de comunicação em mídias digitais;
Atendimento permanente de demandas de assessoria de comunicação;

VINTAGE

Consultoria de Marketing Digital e Estratégica em Vendas;
Comunicação Integrada;
Comunicação Visual, Planejamento de comunicação integrada e institucional, Alinhamento e posicionamento da marca, Elaboração de campanhas, Ações promocionais, Assessoria em eventos de terceiros;
Gestão e criação de conteúdo para as Redes Sociais;
Planejamento de comunicação em mídias digitais, Apoio de peças para eventos;
Gestão de campanhas de E-mail Marketing;
Assessoria de Imprensa;
Produção de conteúdo promocional e institucional, Entrevistas coletivas, Gerenciamento de crises, Eventos e sociabilidade, Pesquisa de reputação imagem; Atendimento e assessoria de imprensa;

Portanto, uma simples leitura dos serviços constantes nos atestados de capacidade técnica apresentados, fica mais do que notório que as atividades aqui descritas são de total compatibilidade com o objeto licitado.

Dando continuidade ao assunto, recorreremos ao nobre professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu livro Sistema de Registro de Preços e Pregão, 1ª Edição, pagina 455:

"... Por compatível, SE ENTENDE SER ASSELMELHADA, NÃO PRECISA SER IDÊNTICA. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer duas "

Sendo assim, mesmo que a descrição das atividades não seja exatamente igual à licitada, demonstram claramente sua similaridade, por se tratarem de mesma atividade e afins, por serem atividades comuns de uma agência de comunicação, publicidade, marketing e assessoria de imprensa.

Dessa forma, não há cabimento em impor a exigência da descrição dos serviços serem exatamente idêntico ao objeto da licitação, além de ser terminantemente rechaçado pelos Tribunais de Contas, tendo em vista a possibilidade de restrição ao caráter competitivo da licitação, como exemplos citamos: Decisões/TCDF n.º 5.362/2016 (Informação n.º 171/2016-3ªDiacomp), n.º 6.220/2016 e n.º 2.931/2004, Acórdãos/TCU n.º 394/2002, 59/2006, 1585/2015, 361/2017, 433/2018 e 1567/2018. Além do mais, tal exigência feriria o princípio da igualdade citada no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e parágrafos 1º e 5º do art. 30 da Lei de licitações.

Ainda neste sentido, como ensina Hely Lopes Meirelles, "a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar." Na mesma linha o Tribunal de Contas da União tem posicionamento solidado sobre o tema (Acórdãos n.º 2521/2003, 7334/2009, 2003/2011, 2627/2013, 2239/2018 ...)

Desse modo, conclui-se que, muito embora tenhamos sido injustamente desclassificada, pelos fatos acima exposto, apresentamos documentação satisfatório e melhor oferta ao objeto ora licitado, devendo portanto ser lograda vencedora.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o acima exposto, requer o recebimento e análise do presente recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos, e, no mérito seu provimento para que seja revertida a decisão que inabilitou a empresa JHE COMUNICAÇÃO, pelas razões de fato e de direito nesta peça aduzidas.

Na esteira do exposto, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão tomada pela Douta Comissão de Licitação, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação.

Em consequente, tornem-se nulos os atos de cancelamento do item no certame, declarando a recorrente como vencedora.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2018.

RAUL MAIA DA SILVA

Fechar